

PREFEITURA MUNICIPAL DE BERNARDO SAYÃO

LEI N° 599/2025

"Atualiza a Lei Municipal nº 268/2008, que cria o Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional – COMSEA do Município de Bernardo Sayão, Estado do Tocantins, adequando-o às diretrizes do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN, e dá outras providências".

O PREFEITO MUNICIPAL DE BERNARDO SAYÃO, Estado do Tocantins, faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu Sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica criado e atualizado o Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional – COMSEA, com caráter consultivo, permanente e propositivo, constituindo-se em espaço de articulação entre o Governo Municipal e a Sociedade Civil, com a finalidade de formular, propor, acompanhar e avaliar diretrizes e políticas públicas para a promoção da Segurança Alimentar e Nutricional, em conformidade com a Lei Federal nº 11.346/2006 e com o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN.

Art. 2º - Cabe ao Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional – COMSEA estabelecer diálogo permanente entre o Poder Público Municipal e as organizações sociais, com o objetivo de assessorar o Governo Municipal na formulação de políticas públicas e diretrizes voltadas à promoção da alimentação adequada, saudável e sustentável, observando o direito humano à alimentação adequada.

Only

Avenida Antonio Pesconi nº 378, Centro CNPJ nº 25.086.596/0001-15 Fone nº (63) 3422 1241 Bernardo Sayão- TO

* BERNANDO SAYÃO *

ESTADO DO TOCANTINS PREFEITURA MUNICIPAL DE BERNARDO SAYÃO

Art. 3º - Compete ao Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional – COMSEA do Município de Bernardo Sayão propor, acompanhar e pronunciar-se sobre:

 I – as diretrizes da política municipal de segurança alimentar e nutricional, a serem implementadas pelo Governo;

II — os programas, projetos e ações prioritárias da política municipal de segurança alimentar e nutricional, a serem incluídos, anualmente, na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e no Orçamento Municipal; III — as formas de articulação e mobilização da sociedade civil organizada, visando o fortalecimento das ações de segurança alimentar e nutricional; IV — a realização de estudos e diagnósticos que subsidiem as propostas ligadas à segurança alimentar e nutricional;

V – a organização, coordenação e implementação das Conferências Municipais de Segurança Alimentar e Nutricional, articuladas às etapas estadual e nacional.

Parágrafo único. Compete também ao COMSEA estabelecer relação de cooperação e intercâmbio com os Conselhos Municipais de Segurança Alimentar e Nutricional de outros municípios, com o Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional do Tocantins (CONSEA/TO) e com o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA Nacional).

Art. 4° - O Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional – COMSEA será composto por, no mínimo, nove (09) conselheiros(as), sendo dois terços (2/3) de representantes da sociedade civil organizada e um terço (1/3) de representantes do Governo Municipal.

§ 1º Caberá ao Poder Executivo Municipal definir seus representantes, incluindo as Secretarias afins à temática da segurança alimentar e nutricional, como Assistência Social, Educação, Agricultura e Saúde. § 2º A representação da sociedade civil deverá ser estabelecida por meio de consulta pública e contemplará os seguintes segmentos: I – movimentos sindicais, de empregados e patronais, urbanos e rurais;

Avenida Antonio Pesconi nº 378, Centro CNPJ nº 25.086.596/0001-15 Fone nº (63) 3422 1241 Bernardo Sayão- TO

Off



ESTADO DO TOCANTINS PREFEITURA MUNICIPAL DE BERNARDO SAYÃO

II – associações profissionais, empresariais e de classes;

- III instituições religiosas de diferentes expressões de fé existentes no Município;
- IV movimentos populares, associações comunitárias e organizações não governamentais com atuação na área de segurança alimentar e nutricional.
 § 3º As instituições representadas deverão comprovar atuação efetiva no Município em temas relacionados à alimentação, nutrição, agricultura familiar,

economia solidária ou assistência social.

- § 4º O COMSEA será instituído por **portaria municipal**, contendo a designação dos conselheiros titulares e suplentes.
- § 5º Os conselheiros suplentes substituirão os titulares em suas ausências ou impedimentos, com direito a voz e voto.
- § 6º O mandato dos membros será de dois (02) anos, admitida uma recondução consecutiva.
- **Art. 5º** O Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional COMSEA contará com **Câmaras Temáticas Permanentes**, compostas por conselheiros e técnicos, para estudo e proposição de ações específicas, conforme regimento interno.
- § 1º As Câmaras Temáticas serão designadas pelo plenário do COMSEA e terão composição paritária entre governo e sociedade civil. § 2º Poderão ser criados **grupos de trabalho temporários**, com objetivo de analisar temas específicos e subsidiar decisões do plenário.
- Art. 6° O COMSEA será presidido por um(a) representante da sociedade civil, eleito por seus pares na reunião de instalação do Conselho.
- § 1º Na ausência do presidente, o plenário escolherá um(a) substituto(a) para presidir as reuniões.
- § 2º As funções exercidas no COMSEA não serão remuneradas, sendo consideradas **serviço público relevante**.
- Art. 7º O Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional COMSEA reunir-se-á ordinariamente a cada dois meses e, extraordinariamente, quando convocado por seu presidente ou por, no mínimo, metade de seus membros, mediante convocação com antecedência mínima de cinco dias úteis.



Avenida Antonio Pesconi nº 378, Centro CNPJ nº 25.086.596/0001-15 Fone nº (63) 3422 1241 Bernardo Sayão- TO



Art. 8° - Compete ao Poder Executivo Municipal garantir ao COMSEA:

I – apoio técnico e administrativo necessário ao funcionamento do Conselho;
 II – recursos financeiros previstos no orçamento municipal;
 III – suporte para realização das conferências, reuniões e atividades deliberativas.

Art. 9º - O COMSEA elaborará seu Regimento Interno no prazo de 60 (sessenta) dias a contar da data de sua instalação, disciplinando sua organização e funcionamento.

Art. 10° - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as Leis Municipais nº 268/2008 e nº 331/2011, bem como as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bernardo Sayão-TO, aos 28 dias do mês de outubro de 2025.

OSORIO ANTUNES FILHO
Prefeito Municipal de Bernardo Sayão

Avenida Antonio Pesconi nº 378, Centro CNPJ nº 25.086.596/0001-15 Fone nº (63) 3422 1241 Bernardo Sayão- TO